

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústria Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. O ano de 2019 iniciou com a continuidade da recuperação econômica e, principalmente, com um bom nível de otimismo na indústria. Alguns dados macroeconômicos também continuam demonstrando sinais de uma recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a evolução nos índices de confiança e a melhora da utilização da capacidade instalada quando comparados com os três últimos anos. O volume de oportunidades de negócios também apresentou uma recuperação ao longo dos meses, principalmente a partir do segundo semestre, onde pode-se notar uma maior consistência dessa recuperação. Essa melhora nos dados macroeconômicos e o ambiente geral da economia começa a se materializar, principalmente, na unidade de negócios Romi de São Paulo, que em um cenário mais estável encorajou os clientes a retornar os seus investimentos. Nessa Unidade de Negócio, a entrada de pedidos do ano de 2019, quando comparada a 2018, apresentou um crescimento de 14,4%. A Romi continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível para responder rapidamente às volatilidades da demanda. Ao longo dos últimos anos efetuamos diversas otimizações, principalmente nas estruturas indiretas. Reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas e realizamos investimentos em automação e produtividade com foco no incremento da rentabilidade, o que se pode notar desde 2017. Estratégicamente, definimos como prioridade o lançamento de novas gerações de produtos, e as primeiras linhas já estão

fazendo muito sucesso no mercado doméstico e internacional. Isso nos dá muita confiança de que estamos muito bem preparados para a retomada da economia doméstica.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL
Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida auferida em 2019 foi de R\$765,5 milhões, 3,0% superior à registrada em 2018, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequada estratégia de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2018 e 2019, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento. Em 2019, o mercado doméstico foi responsável por 56% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (França, Alemanha, Espanha, Itália, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Espanha), foi de R\$65,8 milhões, montante 0,2% superior ao lançado em 2018. Em 2019, a entrada de pedidos foi de R\$739,9 milhões, montante 3,9% superior ao obtido no ano de 2018. **Margens:** A margem operacional ajustada registrada em 2019 foi positiva em 3,9%, o que representou uma queda de 2,5 p.p. quando comparado com 2018, devido à queda no volume de faturamento da unidade de Fundidos e Usinados e o mix de produtos da unidade Máquinas Romi. **Resultado Líquido:** O lucro líquido do ano de 2019 foi R\$129,9 milhões.

todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.

3. AUDITORIA EXTERNA
 Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

4. ARBITRAGEM
 As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Conseqüentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Circulante	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa e equivalentes de caixa	3	102.838	67.284	147.807	100.428
Aplicações financeiras	3	683	489	683	489
Duplicatas a receber	4	73.377	82.006	140.395	168.213
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	27.052	87.482	97.053	87.482
Estoque	2	239.476	203.131	334.878	300.547
Partes relacionadas	8	65.169	60.397	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	8.058	22.614	15.347	25.267
Outros créditos	11	11.029	12.574	14.019	14.931
Impostos e contribuições a pagar	8	597.683	535.979	760.182	697.357
Reservas em reserva					
Duplicatas a receber	4	11.489	13.618	11.489	13.618
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	166.959	128.584	166.959	128.584
Impostos e contribuições a recuperar	5	54.401	18.998	54.401	18.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	23.577	43.595	24.822	43.948
Depósitos judiciais	14 (e)	1.930	2.110	1.930	2.110
Outros créditos	5	5.353	1.849	5.681	2.172
Depósitos judiciais	14 (e)	263.709	208.754	265.282	209.430
Investimentos em controladas	7	140.715	147.669	-	-
Imobilizado	10	191.596	187.860	269.235	258.921
Propriedade para investimento	9	13.500	13.500	18.181	18.398
Intangível	11	600	879	54.361	57.981
		610.120	558.662	607.559	544.730

PASSIVO	Circulante	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Financiamentos	12	78.723	90.419	91.649	102.547
Financiamentos - FINAME fabricante	13	82.177	63.326	82.177	63.326
Fornecedores	35	12.325	26.853	51.451	44.261
Salários e encargos sociais	15	15.450	21.858	21.490	27.504
Impostos e contribuições a recolher	15	9.567	6.799	9.567	6.799
Adiantamentos de clientes	12	18.186	14.824	68.200	71.466
Participações a pagar	1	1.205	2.195	1.205	2.195
Dividendos e juros sobre o capital próprio	39	39.523	23.785	39.523	23.785
Outras contas a pagar	3	3.762	2.978	24.181	19.821
Partes relacionadas	8	1.679	4.472	-	-
		279.395	257.509	395.429	362.752
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	31.630	31.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	171.124	141.155	212.930	181.732
		450.519	398.664	608.359	544.484
TOTAL DO PASSIVO					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16	492.025	492.025	492.025	492.025
Reserva de lucros	16	219.482	160.218	219.482	160.218
Ajuste de avaliação patrimonial	16	45.777	43.734	45.777	43.734
		757.284	695.977	757.284	695.977
Financiamentos	12	13.468	20.118	22.866	31.438
Financiamentos - FINAME fabricante	13	152.786	116.278	152.786	116.278
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	454	2.100	454	2.100
Outras contas a pagar	12	14	6	5.194	130
Provisão para patrimonial líquido negativo - controlada	7	4.404	2.653	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	31.630	31.786
		171.124	141.155	212.930	181.732
		450.519	398.664	608.359	544.484
TOTAL DO PASSIVO					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16	492.025	492.025	492.025	492.025
Reserva de lucros	16	219.482	160.218	219.482	160.218
Ajuste de avaliação patrimonial	16	45.777	43.734	45.777	43.734
		757.284	695.977	757.284	695.977

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

Atividade	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	22	765.500	765.500	765.500	743.317
Custo dos produtos e serviços vendidos		(304.314)	(267.440)	(556.808)	(537.083)
Lucro bruto		136.810	140.199	208.698	206.379
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas		(44.758)	(43.747)	(86.621)	(79.801)
Gerais e administrativas		(32.063)	(26.309)	(70.138)	(59.300)
Pesquisa e desenvolvimento		(20.470)	(17.379)	(20.470)	(17.379)
Participação e honorários da Administração		(27.000)	(27.000)	(27.000)	(27.000)
Resultado de participações societárias	8	7 (1.448)	(2.793)	(7.405)	(7.846)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	78.209	2.666	79.329	3.995
		(33.440)	(95.313)	(104.205)	(160.331)
Lucro operacional		103.370	44.886	104.493	46.048
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	24	67.646	42.214	69.942	43.740
Despesas financeiras	24	(2.611)	(6.401)	(7.741)	(8.831)
Variação cambial, líquida		(7.900)	(5.527)	(8.600)	(6.212)
		62.131	42.340	61.600	41.121
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		165.501	87.226	166.093	87.169
Imposto de renda e contribuição social	15	(35.837)	(3.225)	(36.183)	(2.919)
Lucro líquido do exercício		129.664	84.001	129.910	84.250
Participação dos acionistas controladores				129.664	84.001
Participação dos acionistas não controladores				246	249
				129.910	84.250
Lucro básico por ação em reais - R\$	16	2,06	1,34	2,06	1,34

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Atividade	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício		129.664	84.001	129.910	84.250
Efeito de conversão de moeda estrangeira		2.043	12.750	2.043	12.750
Lucro líquido abrangente do exercício		131.707	96.751	131.953	97.000
Participação dos acionistas da controladora				131.707	96.751
Participação dos acionistas não controladores				246	249
				131.953	97.000

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Atividade	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício		129.664	84.001	129.910	84.250
Efeito de conversão de moeda estrangeira		2.043	12.750	2.043	12.750
Lucro líquido abrangente do exercício		131.707	96.751	131.953	97.000
Participação dos acionistas da controladora				131.707	96.751
Participação dos acionistas não controladores				246	249
				131.953	97.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro líquido do exercício	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Total				
		492.025	75.322	43.638	118.960	30.984	-	1.531	643.500
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	12.750	249	12.750
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	-	12.750	249	12.750
Dividendos distribuídos por controlada	17	-	-	-	-	-	(42.743)	(154)	(42.743)
Transferência entre reservas		-	-	4.200	(41.258)	-	-	(154)	(42.743)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	4.200	(41.258)	-	-	(154)	(42.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		492.025	112.380	47.838	160.218	43.734	-	1.626	697.603
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	129.664	246	129.910
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	2.043	-	2.043
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	-	129.664	246	131.953
Juros sobre o capital próprio	17	-	-	-	-	-	(70.400)	-	(70.400)
Dividendos distribuídos por controlada		-	-	-	-	-	-	(274)	(274)
Transferências entre reservas		-	-	52.781	(6.483)	59.264	-	-	59.264
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	52.781	(6.483)	59.264	-	-	59.264
Saldo em 31 de dezembro de 2019		492.025	165.161	54.321	219.482	45.777	-	1.598	758.882

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro líquido do exercício	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Total				
		492.025	75.322	43.638	118.960	30.984	-	1.531	643.500
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	12.750	249	12.750
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	-	12.750	249	12.750
Dividendos distribuídos por controlada	17	-	-	-	-	-	(42.743)	(154)	(42.743)
Transferência entre reservas		-	-	4.200	(41.258)	-	-	(154)	(42.743)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	4.200	(41.258)	-	-	(154)	(42.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		492.025	112.380	47.838	160.218	43.734	-	1.626	697.603
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	129.664	246	129.910
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	-	2.043	-	2.043
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	-	129.664	246	131.953

continuação

Julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras: O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente; (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida anualmente; (c) Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10). (d) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6. (e) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (f). (f) Imposto de renda: a empresa não possui ativos sobre prejuízos fiscais e bem negativa de contribuição social (Nota 2.12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.17). (g) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua respectiva interpretação, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.19. Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), e estabelece a norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento de pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os impactos foram analisados e os efeitos encontram-se demonstrados no quadro a seguir:

	Consolidado
Reconhecimento inicial, em 1º de janeiro de 2019	6.283
Aquisições	2.878
Depreciação	(1.877)
Variação cambial	195
Saldos em 31 de dezembro de 2019, líquido	7.479

2.20. Normas com adoção inicial em 2019 não descritas nos itens anteriores:

Recurso de pagamento antecipado com compensação negativa: De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 (IFRS 9) para o ativo financeiro em conjunto com o SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações deveriam ser aplicadas retrospectivamente e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não impactaram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos períodos apresentados. **Alterações ao CPC 33 (R1): Alterações, reduções ou liquidação de planos:** As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização de alteração de plano, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidadas ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia nos períodos apresentados. **Alterações ao CPC 18 (R2): Investimento em coligada, em controladora e em empreendimento controlado em conjunto:** As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplica, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. As alterações não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos períodos apresentados. **Interpretação IFRS 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda:** A interpretação (equivalente ao ICP 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se a incerteza para as seguradoras. Em contraste com os contratos de IFRS 4, os passivos são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: i. Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); ii. Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para a data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição. **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para esclarecer a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas. A nova definição estabelece que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurcimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras". Não é esperado que essas alterações tenham impacto significativo em demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.22. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 20).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa e depósitos em conta corrente	3.176	2.957	35.961	23.923
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	94.067	1.312	106.251	13.485
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	367	53.249	367	53.249
Fundos de investimento DI e renda fixa	5.143	9.672	5.143	9.672
Outros	84	85	84	85
Total de caixa e equivalente de caixa	102.838	67.284	147.807	100.428
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	683	489	683	489
Total de títulos mantidos para negociação	683	489	683	489

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. DUPLICATAS A RECEBER

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante				
Clientes no país (Brasil)	66.504	70.897	67.178	72.140
Clientes no exterior	8.250	11.532	77.098	101.473
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(1.377)	(423)	(3.881)	(5.400)
Total	73.377	82.006	140.395	168.213

Em 31 de dezembro de 2019, contas a receber de clientes no valor de R\$13.370 (2018 - R\$9.379 - Controladora) e R\$27.343 (2018 - R\$22.825 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência, não para os quais a Companhia possui garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Valores a vencer	59.948	72.619	112.993	145.380
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.923	6.490	17.412	14.843
De 31 a 60 dias	2.054	32	4.073	1.432
De 61 a 90 dias	220	220	984	388
De 91 a 180 dias	705	68	3.900	1.905
De 181 a 360 dias	2.787	2.462	4.170	7.797
Mais de 360 dias	14.806	9.810	31.283	28.233
Total	74.574	82.429	144.276	173.613
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(1.377)	(423)	(3.881)	(5.400)
Total circulante	73.377	82.006	140.395	168.213

Em 31 de dezembro de 2019, contas a receber de clientes no valor de R\$13.370 (2018 - R\$9.379 - Controladora) e R\$27.343 (2018 - R\$22.825 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência, não para os quais a Companhia possui garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valores a vencer	87.284	2.841	65.344	1.944
FINAME a vencer	14.912	27.005	14.912	27.005
FINAME aguardando liberação (a)	105.037	94.293	105.037	94.293
FINAME em atraso (b)	(7.984)	(6.811)	(7.984)	(6.811)
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	97.053	87.482	97.053	87.482

Em 31 de dezembro de 2019, contas a receber de clientes no valor de R\$13.370 (2018 - R\$9.379 - Controladora) e R\$27.343 (2018 - R\$22.825 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência, não para os quais a Companhia possui garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valores a vencer	87.284	2.841	65.344	1.944
FINAME a vencer	14.912	27.005	14.912	27.005
FINAME aguardando liberação (a)	105.037	94.293	105.037	94.293
FINAME em atraso (b)	(7.984)	(6.811)	(7.984)	(6.811)
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	97.053	87.482	97.053	87.482

Em 31 de dezembro de 2019, contas a receber de clientes no valor de R\$13.370 (2018 - R\$9.379 - Controladora) e R\$27.343 (2018 - R\$22.825 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência, não para os quais a Companhia possui garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valores a vencer	87.284	2.841	65.344	1.944
FINAME a vencer	14.912	27.005	14.912	27.005
FINAME aguardando liberação (a)	105.037	94.293	105.037	94.293
FINAME em atraso (b)	(7.984)	(6.811)	(7.984)	(6.811)
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	97.053	87.482	97.053	87.482

alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber. As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", guardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$1.188 (R\$6.594 em 31 de dezembro de 2018) no ativo circulante e R\$4.645 (R\$1.173 em 31 de dezembro de 2018) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Valores a vencer	90.125	67.288
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	894	914
De 31 a 60 dias	107	463
De 61 a 90 dias	141	575
De 91 a 180 dias	396	1.208
De 181 a 360 dias	352	2.883
Mais de 360 dias	12.522	20.962
Total	14.912	27.005
Total - circulante	105.307	94.293

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
2021	79.103	79.103
2022	57.446	57.446
2023	27.311	27.311
2024 e após	3.442	3.442
Total - não circulante	167.302	167.302

A movimentação das estimativas para perdas de créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.934	6.934
Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício	1.393	1.393
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.327	8.327

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

	Controlada	País	Objetivo principal
1	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
1.1	Romi Machines UK Ltd.	Inglaterra	
1.2	Romi France S.A.S.	França	
1.3	Romi Máquinas España S.A.	Espanha	
2	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	Alemanha	Produção e comercialização de centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.
2.1.1	Burkhardt + Weber/Romi (Shanghai) Co., Ltd	China	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
2.1.2	Burkhardt + Weber LLC	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
3	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	Brasil	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.
4	Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.
5	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	Participação em empreendimentos imobiliários.
6	Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")	Uruguai	Representação comercial para operações no mercado externo.
7	IRSA Máquinas México S. de R. L. de C.V.	México	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas - ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.

Investimentos:

Número de ações/cotas representativas do capital social

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máquinas México (7)	Total
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ativo circulante	54.295	122.271	23.228	16.025	2.522	8.391	14.083	215.545
Ativo não circulante	7.629	118.663	74	104	-	-	137	196.507
Passivo circulante	46.640	106.826	239	19.305	-	2	15.448	163.450
Passivo não circulante	12.069	28.984	-	-	-	-	-	41.053
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	3.215	105.124	23.063	(3.176)	2.522	8.389	(1.228)	145.016

Movimentação do investimento:

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máquinas México (7)	Total
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2018	7.576	108.010	21.845	(2.108)	2.449	7.789	(545)	145.016
Variação cambial sobre investimentos no exterior	343	1.596	-	(173)	-	318	(41)	2.043
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(3.688)	-	-	-	-	(3.688)
Resultado de participações societárias	(4.704)	(4.482)	3.308	(895)	(15)	282	(642)	(7.148)
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	88	-	-	88
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.215	105.124	21.465	(3.176)	2.522	8.389	(1.228)	136.311

Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máquinas México (7)	Total
(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações; (b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2019 e 26 de julho de 2019 no valor de R\$2.448 e R\$1.515, referente ao segundo semestre de 2018 e ao primeiro semestre de 2019, respectivamente. A Companhia recebeu dessas distribuições, os montantes de R\$2.278 e R\$1.410, respectivamente.	-	-	-	(3.176)	-	-	(1.228)	(4.404)

Investimentos:

Número de ações/cotas representativas do capital social

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máquinas México (7)	Total
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ativo circulante	57.205	123.934	23.256	15.996	2.449	7.791	17.170	245.399
Ativo não circulante	6.905	122.491	522	64	-	-	187	190.069
Passivo circulante	44.610	107.108	307	18.168	-	2	7.902	163.027
Passivo não circulante	11.924	31.307	-	-	-	-	-	43.231
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	7.576	108.010	23.471	(2.108)	2.449	7.789	(545)	145.016

Movimentação do investimento:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações da B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH) através de sua Controlada direta Romi Europa GmbH. Diante disso, na data da compra foi efetuada a mensuração e alocação do preço de compra, com as seguintes naturezas e características: **(a) tecnologia:** Refere-se ao "know-how" dos produtos e processos que são tecnologicamente avançados, os quais garantem vantagens competitivas em relação à qualidade e eficiência do produto; **(b) carteira de clientes:** Refere-se aos pedidos de compra de clientes em aberto na data da aquisição. **(c) relacionamento com o cliente:** Refere-se aos direitos contratuais decorrentes de: (i) histórico de relacionamento com os clientes; (ii) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro. De acordo com a avaliação da administração com apoio de seus consultores, através da aplicação de procedimentos aplicáveis para mensuração da vida útil das marcas, concluiu-se que o prazo é indefinido e, portanto, a marca é testada anualmente para fins de "impairment" de acordo com as regras contábeis aplicáveis. O montante de R\$309 (2018 - R\$316) referente à despesa de amortização, R\$9 (2018 - R\$21) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$198 (2018 - R\$194) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$102 (2018 - R\$101) em "Pesquisa e desenvolvimento". **(d) teste de impairment:** O teste de impairment é realizado considerando cada Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), que são as mesmas dos segmentos reportados (Nota 20) - Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. Os cálculos de valor recuperável de cada UGC usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do imposto de renda e da contribuição social, de dez anos, que representa a vida útil econômica dos ativos, trazidos ao valor presente pela taxa real de 11,8%. Para os cinco anos subsequentes, as taxas de crescimento e de inflação estão em linha com as projeções macroeconômicas de instituições financeiras com relevante participação no mercado brasileiro. Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de impairment se fez necessário.

	Circulante		Não circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros		Garantia
	2019	2018	2019	2018			2019	2018	
Financiamentos de exportação - ACC/ACE (a)	13.571	46.771	-	-	01/10/2020	exportação até o vencimento			Aval Rominor
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	5.564	5.570	11.534	17.071	16/01/2023	Trimestral/Mensal	Taxas 1,34% a 1,55% a.a. + variação cambial		Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	1.120	1.534	1.934	3.047	15/01/2024	Trimestral/Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.		Aval Rominor/TJL Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	26.871	34.413	-	-	16/12/2020	Parcela única	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)		Clean/Aval Rominor
Financiamento à Exportação (NCE)	31.597	-	-	-	16/06/2020	Parcela única	Juros de 1,09% a.a. a 0,86% a.a.		Clean/Aval Rominor
Finop URTI-01	-	2.131	-	-	15/05/2019	Mensal	Juros de 0,86% a.a. - Deduzido 6,00%		Fiança Bancária
Controladora	78.723	90.419	13.468	20.118					
(B+W) - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - C (c)	-	-	9.398	11.320	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.		Ativo imobilizado (Prédio)
Outros - capital de giro	12.926	12.128	-	-					N/A
Consolidado	91.649	102.547	22.866	31.438					

(a) Em setembro e dezembro de 2018 foi autorizado à Diretoria da Companhia a contratar financiamentos junto a instituições financeiras no valor de R\$14.960 e R\$31.010, respectivamente. Através de linhas de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), com taxas de até 2,5% a.a. acrescidos de variação cambial. Em 22 de outubro de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a conversão do residual dos financiamentos para Adiantamento de Contratos de Exportação (ACE), com taxas de 1,34% a.a. acrescidos de variação cambial, com prazo de 10 meses, com garantia realizada por sua subsidiária Rominor Comércio. (b) Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 23 meses e prazo de pagamento de 96 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Patrimônio Líquido/Ativo Total) maior ou igual a 0,40; (ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Divida Total Líquida/Passivo Total) menor ou igual a 0,25; Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas do item acima. (c) Em 5 de julho de 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante de R\$9.398 (equivalente a C 3,6 milhões), o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas à pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte tais como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de Índices Financeiros. Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2021	6.394	6.900		
2022	6.130	7.384		
2023	906	2.160		
2024 e após	38	6.422		
Total	13.468	22.866		

13. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante	82.177	63.326
FINAME Fabricante	152.786	116.278
Não Circulante	234.962	179.604
Total	470.925	359.208

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém, permanecendo a principal devedora dessa operação. Os saldos da rubrica "Financiamentos - FINAME fabricante" e, consequentemente os da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$29.049 em 31 de dezembro de 2019 (R\$36.462 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
2021	73.937	52.715
2022	52.715	23.470
2023	23.470	15.786
2024 e após	15.786	-
Total	165.908	91.971

O valor justo dos empréstimos é igual ao seu valor de custo contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fiscais	52	57.916
Cíveis	604	332
Trabalhistas	604	3.039
(+) Depósitos judiciais/outras créditos	1.260	(57.324)
Total	806	953
Passivo circulante	806	1.853
Passivo não circulante	454	2.100
Total	1.260	3.953

O saldo de processos judiciais registrado no passivo circulante está demonstrado nas rubricas de "Salários e encargos sociais" e "Outros contas a pagar". A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	2019	2018	2019	2018
Excesso de IRPJ e CSLL sobre JCP	38.349	32.456		
Glosa de créditos PIS e COFINS	16.430	16.393		
Glosa de estimativas pagar de IR e CSLL	4.972	-		
Crédito de contribuição previdenciária sobre pagamento de lucro aos Administradores	3.373	3.256		
Saldo negativo IRPJ e CSLL	4.056	3.851		
Glosa de créditos IPI	5.707	5.508		
Multa isolada - Compensação não Homologada	502	478		
Glosa de créditos - REINTEGRA	122	118		
Cíveis	7.410	6.806		
Perdas e danos	38	3.349		
Trabalhistas	80.959	72.215		
Total	129.200	129.200		

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2019	
	2018	2019	2018	2019
Fiscais	57.916	808	(58.672)	-
Cíveis	332	545	(328)	55
Trabalhistas	3.039	379	(2.736)	(78)
(+) Depósitos judiciais/outras créditos	(57.324)	(442)	57.776	-
Total	3.953	1.290	(3.960)	1.260

(a) Processos fiscais passivos: Corresponde a obrigações legais relativas a: (i) Em 31 de dezembro de 2018 os saldos de PIS e COFINS sobre ICMS de vendas eram de R\$10.322 e R\$47.543, respectivamente. Em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questionava a constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e do COFINS, bem como a repetição de tal indulto retroativamente por 5 anos. Tal matéria foi submetida ao rito da repercussão geral em 15 de março de 2017, onde ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e o COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo conceito de faturamento. Contudo, em 19 de outubro de 2017 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou Embargos de Declaração em face do Acórdão publicado em 2 de outubro de 2017 pelo STF. Nessa medida, a PGFN requer o saneamento de vícios que entende presentes no Acórdão, sendo os mais relevantes apresentados a seguir: (i) a modulação dos efeitos do julgamento; (ii) obscuridade no tocante ao ICMS a ser excluído (se aquele apurado ou aquele efetivamente recolhido), o que reflete na quantificação do crédito tributário a restituir bem como no procedimento de exclusão futura; e (iii) erro material quanto à análise dos conceitos de receita bruta e receita líquida trazidos pela Lei nº 6.404/76, sendo certo que os referidos embargos de declaração pendem de apreciação pelo STF, motivo pelo qual a Administração decidiu manter a obrigação presente decorrente de eventos passados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 13 de março de 2019 a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável proferida na sua ação ordinária individual sobre o tema. Como consequência do trânsito em julgado da sua ação individual, a então obrigação presente oriunda de um evento passado deixou de ser considerada uma obrigação e, portanto, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 1º Trimestre de 2019 os efeitos do bônus nesse processo judicial, que totalizaram R\$138.008, antes dos impostos, sendo R\$74.321 na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" e R\$63.686 na rubrica de "Recitas financeiras". O impacto no lucro líquido do período foi de R\$105.564, já considerando os efeitos de imposto de renda e da contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, declarados em março de 2019, no montante de R\$29.542, conforme Aviso aos Acionistas datado de 26 de março de 2019. Em 20 de setembro de 2019, os depósitos judiciais no montante de R\$88.456 foram liberados e integrados às disponibilidades (caixa) da Companhia. (ii) Demais processos tributários somam R\$52 (R\$51 em 31 de dezembro de 2018). **(b) Processos fiscais (Plano Verão):** A Companhia, no ano de 2017, obteve êxito no processo judicial em que figurava como autora e como ré a União Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calandário de 1989, de acordo com a efetiva inflação apurada nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). Em 6 de setembro de 2017 a Companhia protocolou perante a Receita Federal pedido de habilitação do respectivo crédito. Em 9 de abril de 2018 a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação desse crédito, autorizando a Companhia a utilizá-lo para compensar tributos federais futuros. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras de 2018 os efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão), que impactaram o resultado de 2018 da seguinte maneira: (i) EBITDA: reduzido em R\$1.623, em virtude do reconhecimento das despesas com os honorários advocatícios, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas"; (ii), resultado financeiro: acrescido em R\$32.115, referente à atualização monetária do valor original dos créditos; (iii) imposto de renda e contribuição social: acrescido em R\$10.740, referente ao valor original dos créditos; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R\$40.073, já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em abril de 2018, conforme Aviso aos Acionistas datado de 17 de abril de 2018. **(c) Processos cíveis:** Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/processo de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. **(d) Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais. **(e) Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$1.930 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.110 em 31 de dezembro de 2018) de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos, para qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido. A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	165.501	87.226	166.093	87.169
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(56.270)	(29.657)	(56.472)	(31.504)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	23.936	15.864	23.936	15.864
IR/CSLL processo fiscal (Plano Verão)	(1.569)	10.740	(1.569)	10.740
Pesquisa e desenvolvimento	1.686	3.000	1.686	3.000
Transfer price	(1.190)	(1.730)	(1.190)	(1.730)
Equivalência patrimonial	(2.430)	(950)	-	-
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	(2.574)	131
Participação de Administradores	(497)	(606)	(497)	(606)
Outras adições (exclusões), líquidas	497	114	497	1.186
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(35.837)	(3.225)	(36.183)	(2.919)
(i) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido às controladas Rominor e Rominor Empreendimentos serem optantes pelo regime do lucro presumido durante os períodos apresentados, e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior, com exceção da B+W.				

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
(-) Total dos financiamentos	327.152	290.141	349.479	313.589
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(102.838)	(67.284)	(147.807)	(100.428)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(683)	(489)	(683)	(489)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(264.012)	(216.066)	(264.012)	(216.066)
Dívida (Caixa) líquida	(40.379)	6.302	(63.024)	(3.394)
Total do patrimônio líquido	757.284	695.977	757.284	695.977
Total do capital	716.905	702.279	694.260	692.583
Índice de alavancagem financeira - %	-5,6%	0,9%	-9,1%	-0,5%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM: (i) Variações na moeda estrangeira: As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	827	12.416
Duplicatas a receber	65.405	65.405
Partes relacionadas a receber	240	240
Outros créditos	(1.711)	(1.711)
Partes relacionadas a pagar	(71.313)	(71.313)
Financiamentos	(6.355)	(551)
Fornecedores	(551)	(551)
Adiantamentos de clientes	(1.012)	(1.012)
Outras contas a pagar	(2.468)	(2.468)
Exposição passiva líquida	-	-

A seguir está demonstrada a perda que teriam sido reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	(1.857)	(2.321)	(2.785)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no Banco Central do Brasil, considerando a cotação média projetada para o ano de 2020. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. **(ii) Variações na taxa de juros:** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC e da TJLP. Em 31 de dezembro de 2019, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total de caixa e equivalentes de caixa vinculados ao CDI	100.260	112.444		
Total de empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP	3.054	3.054		
Exposição ativa líquida	103.314	115.498		

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI. As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	4.165	5.206	6.247

Exposição ativa líquida

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	4.652	5.815	6.978

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2020. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente. Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos. **(c) Instrumentos financeiros por categoria:** Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	102.838	67.284	147.807	100

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como do Orçamento de Capital para o exercício de 2020. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Indústrias Romi S.A.** - Santa Bárbara d'Oeste - SP. **Opinião com ressalva:** Identificados as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião com ressalva: Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS:** Conforme divulgado na nota explicativa 14, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em consequência do trânsito em julgado favorável em sua ação judicial, a Companhia reverteu a provisão referente ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, que não foram recolhidos de novembro de 2006 a março de 2019, mas foram depositados judicialmente. Considerando a manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF) de 15 de março de 2017, apreciando o tema da repercussão geral, que decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS e com base nas diretrizes do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, entendemos que já não era provável que seria necessário uma saída de recursos para liquidar a obrigação anteriormente registrada e, sendo assim, a referida provisão deveria ter sido revertida naquele exercício. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido individual e consolidado do exercício findo naquela data está apresentado a maior em R\$56.302 mil, assim como o valor do ativo não circulante e total do ativo e do patrimônio líquido, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2018 e o resultado do exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, estão apresentados a menor respectivamente em R\$85.306 mil, R\$56.302 mil e R\$2.613 mil, líquido dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade do ativo intangível de vida útil indefinida:** Conforme detalhado na nota explicativa 11, a Companhia possui saldo significativo de ativo intangível com vida útil indefinida em decorrência do registro da marca na aquisição da controlada alemã Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$ 23.817 mil. As normas contábeis requerem que ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objeto de teste de recuperabilidade pela administração no mínimo anualmente, a menos que hajam evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste. A Administração testou a recuperabilidade desses

ativos utilizando o método do Fluxo de Caixa Descontado. As projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins de teste de valor recuperável foram realizadas para a unidade geradora de caixa de Máquinas Burkhardt+Weber e levaram em conta estimativas e premissas sensíveis. Envidamos, portanto, esforços de auditoria significativos na análise das projeções de geração de caixa dessa unidade. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialistas em avaliação para nos auxiliar a avaliar as premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de fluxos de caixa futuros e o processo pelo qual elas são elaboradas e testamos as principais premissas que lhes serviram de base, tais como taxa de crescimento da receita, margens EBITDA e taxa de desconto. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.10 e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos sobre o valor adicionado oriundos do assunto descrito no parágrafo intitulado "Base para opinião com ressalva", as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas acima referidas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Como descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a reversão da provisão registrada pela Companhia referente a ação judicial de questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS deveria ter sido registrada em exercício anterior. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido individual e consolidado está apresentado a maior em R\$56.302 mil, assim como o valor do ativo não circulante e total do ativo e do patrimônio líquido, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparação, estão apresentados a menor em R\$85.306 mil e R\$56.302 mil. Concluimos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção "Base para opinião com ressalva". **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo

de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 11 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6
José Antonio de A. Navarrete
Contador - CRC 1SP198698/O-4

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores infra mencionados, declaram que revisaram e discutiram a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young, referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A referida opinião é de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, exceto pela ressalva sobre a reversão da provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS. Na opinião da Companhia, tendo como base os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) e, adicionalmente, os esclarecimentos e orientações sobre o tema trazidas pela Comissão de Valores Mobiliários, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 01/2019, datado de 11 de janeiro de 2019, apenas seria possível o reconhecimento dos ganhos referentes ao ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS no momento em que houvesse o trânsito em julgado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da análise dos

Embargos de Declaração apresentados pela União ou ainda na situação de obtenção do trânsito em julgado da sua ação ordinária específica. Tal fato, ou seja, a obtenção do trânsito em julgado ocorreu em 13 de março de 2019, data em que a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável proferida na sua ação ordinária individual sobre o tema. Como consequência do trânsito em julgado da sua ação individual, a então obrigação presente oriunda de um evento passado deixou de ser considerada uma obrigação e, portanto, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 1º Trimestre de 2019, os efeitos do êxito nesse processo judicial, que totalizaram R\$138.008, antes dos impostos, sendo R\$74.321 na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" e R\$63.686 na rubrica de "Receitas financeiras". O impacto no lucro líquido do período foi de R\$105.564, já considerando os efeitos de imposto de renda e da contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, declarados em março de 2019, conforme Aviso aos Acionistas datado de 26 de março de 2019. Em 20 de setembro de 2019, os depósitos judiciais no montante de R\$88.456 foram liberados e integrados às disponibilidades (caixa) da

Companhia. As informações relevantes sobre o assunto foram divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis às Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Santa Bárbara d'Oeste, 11 de fevereiro de 2020

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente

William dos Reis - Vice-Presidente

Fábio Barbanti Taiar - Diretor de Relações com Investidores

Francisco Vita Júnior - Diretor

Fernando Marcos Cassoni - Diretor